INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG
COMITÊ DE INVESTIMENTO

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPG

EXERCÍCIO 2026

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 9h40min, nas dependências do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari – IPG, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, referente ao exercício de 2026, órgão colegiado instituído pela Portaria IPG nº 23/2003, reestruturado pela Portaria IPG nº 95/2025, com membros nomeados pela Portaria IPG nº 26/2026, contando com a presença dos membros Ana Lúcia, José Augusto, Juliana, Vitor e Riane. Registrou-se a ausência justificada da Diretora Administrativa e Financeira interina, Sr.ª Andreia. Aberta a sessão, procedeu-se, inicialmente, à leitura e à revisão da ata referente à 5ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de julho de 2026. Os membros solicitaram a realização de correções e complementações no texto, especialmente para que constasse, de forma mais clara e expressa, o alerta apresentado ao Conselho de Previdência acerca da necessidade de dar seguimento, com urgência, às recomendações e providências indicadas pelo Estudo de Asset Liability Management – ALM. Na sequência, foi reiterada a necessidade de promover, de forma gradual, planejada e tecnicamente fundamentada, a adequação da carteira de investimentos às diretrizes estabelecidas no Estudo ALM e na Política de Investimentos vigente. Nesse contexto, discutiu-se a redução progressiva da exposição a fundos indexados de maior duração, especialmente aqueles vinculados aos índices IMA-B e IMA-B5+, com o objetivo de ampliar gradualmente a alocação em títulos públicos federais, observando-se os prazos, vencimentos e demais recomendações técnicas estabelecidas no estudo. Os membros destacaram que a estratégia de adequação da carteira deve considerar não apenas as recomendações do Estudo ALM e da Política de Investimentos, mas também as limitações operacionais e institucionais ainda existentes, incluindo os requisitos relacionados ao Pró-Gestão RPPS e à Resolução CMN nº 5.272, além dos procedimentos necessários à operacionalização das novas modalidades de investimento. Foi analisado o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de julho de 2026, sendo informado que a carteira

consolidada encerrou o período com patrimônio aproximado de R$ 412,01 milhões, apresentando rentabilidade aproximada de 1,14%, correspondente a um retorno financeiro estimado em cerca de R$ 4,64 milhões, conforme os valores constantes do relatório apresentado. Durante a análise do relatório, os membros solicitaram ajustes de redação com o objetivo de eliminar repetições e tornar mais clara a justificativa referente às aplicações realizadas em fundos de liquidez. Ficou destacado que tais aplicações possuem caráter operacional e temporário, destinando-se à gestão de caixa e à rentabilização dos recursos disponíveis enquanto são implementadas, gradualmente, as adequações estratégicas previstas no Estudo ALM. Também foi discutida a aplicação das contribuições previdenciárias e a gestão das disponibilidades financeiras do Instituto. Ficou registrado o entendimento de que os recursos não devem permanecer improdutivos em conta corrente, devendo ser aplicados automaticamente, sempre que possível, observados os limites legais, regulamentares e as deliberações vigentes, em instrumentos adequados à gestão de liquidez e em consonância com a Política de Investimentos vigente. Ressaltou-se que a gestão dessas aplicações operacionais constitui procedimento continuado da Diretoria Executiva e da assessoria de investimentos. No tocante à aquisição de títulos públicos federais, foram debatidas alternativas para a operacionalização das compras, incluindo a participação em leilões e a utilização da intermediação do Banco do Brasil, enquanto são concluídos os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a plena utilização da plataforma da B3. Foi ressaltada, ainda, a necessidade de promover capacitação mais aprofundada para os servidores e operadores responsáveis pelas atividades relacionadas aos investimentos, especialmente quanto aos procedimentos de cadastro, negociação, compra, liquidação e acompanhamento de títulos públicos, bem como quanto à utilização da plataforma B3 ou de solução operacional equivalente. No decorrer da reunião, também foram registradas preocupações relacionadas ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, especialmente diante da redução do número de servidores efetivos ativos, do aumento dos vínculos temporários e da ocorrência de aposentadorias e exonerações sem a correspondente reposição dos cargos por meio da realização de concursos públicos. Foi informado, ainda, que, nesta data, foi iniciado

processo visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na modalidade presencial, destinado à capacitação para certificação profissional de nível intermediário de dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, contemplando o quantitativo de 30 vagas. Informou-se também que os servidores Vitor e Juliana realizarão, no próximo mês, a prova de certificação profissional para atuação no Comitê de Investimentos, em nível intermediário. Os membros destacaram a necessidade de acompanhamento permanente das questões relacionadas ao equilíbrio financeiro e atuarial, incluindo a avaliação da contribuição patronal, do plano de equacionamento e das demais medidas necessárias à manutenção da sustentabilidade e do equilíbrio do Regime Próprio de Previdência Social. Foram ainda mencionados o andamento do censo previdenciário, a necessidade de acompanhamento das avaliações atuariais e a realização de reunião com representantes municipais e técnicos envolvidos nas questões relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social. Por fim, nos assuntos administrativos e operacionais, foram discutidas necessidades de aperfeiçoamento dos procedimentos contábeis aplicáveis aos investimentos, especialmente quanto à correta classificação e contabilização das variações patrimoniais e à revisão do plano de contas utilizado no sistema do Instituto. Após as discussões, ficaram registradas as seguintes deliberações: I – Foi reafirmada a decisão de promover, gradualmente, a adequação da carteira de investimentos às recomendações constantes do Estudo ALM, priorizando a redução de posições em fundos vinculados aos índices IMA-B e IMA-B5+ e o aumento progressivo da exposição a títulos públicos federais; II – Foi confirmada a intenção de elevar progressivamente a posição do Instituto em títulos públicos, tendo sido discutida, como referência inicial, uma alocação aproximada de R$ 10 milhões nessa modalidade; III – Foi proposta a utilização de R$ 3.110.394,26 (três milhões, cento e dez mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), provenientes do resgate do Fundo Rio Bravo, somados a aproximadamente R$ 6,9 milhões de recursos a serem identificados junto ao Banco do Brasil, para a realização da operação de aquisição de títulos públicos, condicionada à análise e validação da consultoria de investimentos e ao cumprimento dos procedimentos operacionais necessários; IV – Ficou definido que

as operações deverão priorizar títulos compatíveis com as recomendações do Estudo ALM, especialmente quanto aos prazos e vencimentos, observando-se integralmente a Política de Investimentos vigente e a legislação aplicável; V – Foi deliberado que a Diretoria Executiva e a assessoria de investimentos poderão manter aplicações operacionais de liquidez destinadas à gestão de caixa e ao recebimento das contribuições previdenciárias, evitando a permanência de recursos improdutivos, sempre dentro dos limites legais, regulamentares e das deliberações institucionais; VI – O Relatório Mensal de Investimentos foi apreciado, ficando sujeito às revisões e aos ajustes solicitados pelos membros, de forma a refletir adequadamente a estratégia transitória de gestão da liquidez e o processo gradual de adequação da carteira ao Estudo ALM; VII – Foi reconhecida a necessidade de promover capacitação técnica específica e mais aprofundada para os responsáveis pela operação e acompanhamento dos títulos públicos e pela utilização da plataforma B3. Foi informado, ainda, que serão adotadas as providências necessárias para o cadastramento da Diretora Administrativa e Financeira Interina junto às instituições financeiras, a fim de possibilitar a continuidade das tratativas necessárias à adoção das providências relacionadas aos fundos imobiliários RB Capital Renda II FII e FII Caixa CEDAE, incluindo a avaliação das medidas necessárias para levá-los ao mercado, em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas, bem como para o regular andamento de outras demandas que dependam de avaliação, deliberação ou aprovação da Diretoria. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida, aprovada e considerada conforme, será assinada pelos membros presentes.

Guarapari/ES, 28 de agosto de 2026.

ANA LÚCIA SOUZA DA SILVA
MEMBRO

JULIANA SANTOS RIBEIRO
MEMBRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG
COMITÊ DE INVESTIMENTO

VITOR FLORINDO ASSIS DE FREITAS
SECRETARIO

JOSE AUGUSTO FERREIRA CARVALHO
MEMBRO